

## HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA NORMAL DO PIAUÍ

Norma Patricya Lopes Soares  
Universidade Federal do Piauí

Conhecer o IEAF (Instituto de Educação Antonino Freire)<sup>1[1]</sup>, desvendar sua história, é uma curiosidade que me acompanha desde a década de 1980, período em que fiz o Curso de Formação de Professores hoje Ensino Médio na referida instituição. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), voltei ao IEAF na condição de Professora de História da Educação e Filosofia da Educação, função que muito contribuiu para aguçar o meu interesse uma vez que o trabalho requeria saberes sobre a Educação que se fazia em épocas remotas. Hoje, o Mestrado que curso na UFPI, é a oportunidade concreta que possuo para a prática de uma pesquisa que certamente conduzirá ao resgate historiográfico do IEAF, problema de caráter educacional que se apresenta predominantemente no meu universo cultural.

Adquirir informações sobre a história da educação brasileira e, em especial a regional e local, é importante e necessário para estudiosos da formação de professores. Pela inexistência de uma produção literária com as características de um estudo extencionista da Escola Normal do Piauí, proponho-me a construí-la; coletando, organizando e divulgando documentos que ilustrarão da educação piauiense. Ao longo de décadas a então Escola Normal Antonino Freire, hoje Instituto de Educação Antonino Freire - IEAF, tem sido a principal entidade formadora de docentes que atuam no Piauí e em outros Estados da Federação. Se a pesquisa a que doravante me dedico é interessante pelo aspecto histórico – informativo – didático, é também empolgante por resgatar a memória dos 138 anos desta instituição que é referência na formação de professores e que atualmente encontrar em processo de fechamento, face à política educacional do país.

A formulação do problema: **como se constituiu a formação de professores no Piauí?** esclarece a relevância deste estudo ao contexto social pois será um marco na História da Educação piauiense, uma produção historiográfica, sem cortes, da Escola Normal. Assim, subsidiada pela História Cultural estou

---

<sup>1[1]</sup> O IEAF neste trabalho também poderá ser identificado com o nome de Escola Normal.

resgatando a História de uma instituição que durante toda a sua existência tem sido instrumento de ação social dentro deste Estado. Para isto estou agrupando os escritos históricos da Escola Normal, afim de estudá-los e analisar suas implicações para a sociedade piauiense ao longo das décadas de sua história. Entendo não existir receituário específico para a realização da pesquisa historiográfica, por isso deverei adotar posturas que se moldarão a cada situação, para que eu não perca a essência do objetivo a que me disponho. Sei que uma pesquisa historiográfica não permite o conhecimento completo do passado, e jamais pretendo isso, entretanto, esclarece incertezas e proporciona associações e relações que favorecem ao pesquisador, dentro de sua ótica, interpretar e retratar o objeto de investigação que pretendo desvelar.

A pesquisa é viável, embora eu tenha a certeza da exigência de um grande esforço na localização e seleção das fontes, visto dispor de um Arquivo Público, e de contar com Bibliotecas particulares, com o acervo das produções de pesquisadores/escritores piauienses nas bibliotecas da UFPI (Universidade Federal do Piauí) e UESPI (Universidade Estadual do Piauí), com informações avulsas na Biblioteca do IEAF além de pessoas dispostas a colaborar para a realização desta obra. Por ser um trabalho que remonta ao século XIX, tenho a convicção de que os primeiros dados serão extraídos exclusivamente dos documentos escritos; à medida que me aproximar da contemporaneidade é que terei a possibilidade de enxertar os conhecimentos já escritos com os depoimentos da comunidade. Como se pode observar, sei que as fontes existem , escassas ou abundantes, obscuras ou entendíveis, sendo tarefa desta pesquisadora/historiadora localizar, questionar, analisar e explicá-las para oferecer ao público leitor um compêndio atualizado dos 138 anos de existência de IEAF.

Já existem estudos sobre o assunto e destaco as obras de: Francisca Pires que retrata a criação da Escola Normal; da Professora Amparo Ferro que discorre sobre a educação no Piauí Republicano; do professor Itamar Brito que enfoca a normatização, organização e sistematização da educação piauiense; da professora Carmem Lúcia que apresenta a política de formação de professor no Ensino Médio e suas aplicações no IEAF; da Professora Rita de Cássia que aborda a relação entre a formação e a atuação do professor de 1ª a 4ª série do 1º grau; do Professor Odilon Nunes que pesquisou toda a história do Piauí; dentre outras. Contudo não identifiquei em nenhuma delas a intenção de apresentar com

exclusividade o perfil do IEAF, tarefa a que me debruço. Portanto, no esforço que me proponho, é inédito o resgate da memória do IEAF numa visão horizontal desde sua criação 1864 – Período Imperial – até os dias atuais – 2002.

Na condução desta pesquisa social, fora frisado, adotarei a postura de alguns historiadores que entendem ser necessário a existência de um método próprio para o conhecimento em história. Segundo Silva (1999, p. 132), compõe este método a *etapa crítica* que analisa qualitativamente o material para a narrativa; a *etapa de síntese* que busca organizar um conjunto congruente que possua unidade característica e compreensível; e a *etapa expositiva* em que o historiador expõe os resultados de sua pesquisa sem contudo, pretender esgotar os conhecimentos históricos.

Corresponderá à etapa crítica a busca dos traços que foram deixados, dos vestígios não apagados, dos registros documentais e bibliográficos e do que dizem sobre a Escola Normal do passado ao hoje. Na etapa de síntese darei significação ao acervo levantado através do cruzamento das informações, das avaliações pertinentes a cada contexto (histórico, político, econômico e social) e da obtenção das respostas ao problema levantado imbuída de uma conduta científica caracterizada pela atenção, intuição, criatividade, sensibilidade, rigor, controle da ansiedade e paciência visto me remeter a um tempo que desconheço. Finalmente, a dissertação se constituirá na fase expositiva da pesquisa historiográfica.

Tenho como universo as instituições de formação de professores limitando a amostra ao IEAF por tratar-se da mais antiga e maior escola nesta área, dentro do Piauí.

Os dados estão sendo coletados via pesquisa bibliográfica o que dá suporte à fundamentação teórica pois elenca informações de como ocorreu a construção histórica das instituições de formação docente tanto no Piauí como em outros Estados. Utilizo também pesquisa documental além de recorrer à história oral extraída dos depoimentos de educadores vinculados ao magistério na instituição pesquisada sendo, portanto, conhecedores de sua história e fontes de inteira credibilidade, a exemplo da professora Enide Rocha e do professor Diogo José.

A história da formação de professores no Piauí, via Escola Normal, tem início em 1864 (Brasil Império) e se prolonga até os dias de hoje 2002 (Brasil Republicano). Para resgatar este longo período estabeleci alguns marcos:

1. De 1864 a 1910 – Surgimento

2. De 1910 a 1940 – Consolidação
3. De 1940 a 1970 – Apogeu
4. De 1970 a 2002 - IEAF

## **Do Surgimento**

Formar professores para o ensino elementar é uma atividade que mereceu atenção dos governantes desde o século XVIII. No Piauí, as propostas de formação de professores seguem as nacionais e estas acompanham as mudanças sociais, econômicas e políticas, o que dará a cada fase um norteamento político-ideológico diferente.

Antes de adentrar no item formação de professor, convém resgatar um pouco da história da educação. No Brasil, em termos gerais, o processo educativo se inicia com a chegada dos jesuítas que desenvolveram uma formação humanista desvinculada da realidade da colônia. Seus propósitos eram converter os indígenas à fé Católica pela catequese e pela instrução e lutar contra o avanço do protestantismo, expandindo os princípios de obediência à Igreja Católica. Durante os 210 anos de permanência no Brasil desenvolveram uma ação pedagógica guiada pelo Ratio Studiorum<sup>2[2]</sup>. Este ensino não contribuía para modificar a estrutura social e econômica do Brasil. Naquela época, séculos XVII e XVIII, a educação não representava grande coisa, pois a produção agrícola escravagista não exigia preparo quer do ponto de vista administrativo, quer do ponto de vista da mão-de-obra. Portanto, o ensino servia tão somente aos ociosos que podiam dar-se ao luxo de o sustentarem. A este tipo de desocupados sociais, cujo destino não se ligava ao trabalho braçal, então restrita aos índios e negros, só podia se interessar por uma atividade que cultivasse o espírito, esta era a educação; uma educação literária, humanista, capaz de dar brilho à inteligência. Naquele período o ensino era restrito a filhos, homens e não primogênitos, dos senhores donos de terras e de engenho. Casavam-se assim os objetivos da população com os da educação jesuítica – uma cultura neutra do ponto de vista nacional e inspirada por uma ideologia religiosa católica, literária e humanista.

---

<sup>2[2]</sup> Plano de estudo dos cursos de letras humanas, filosofia e ciência, teologia e ciências sagradas.

Por Decreto do Marquês de Pombal, cuja linha de pensamento estava estritamente ligada ao enciclopedismo anticlerical, em 1759, os Jesuítas são expulsos do Brasil causando um colapso no ensino, pois não havia professores capacitados e suficientes para assumirem as escolas, nem recursos financeiros para mantê-las. Com a expulsão dos Jesuítas, a educação passou a ser ministrada nas aulas e escolas régias por tios-padres, capelães de engenho, mestres-escolas que formados nos Seminários dirigidos pelos jesuítas, foram continuadores de sua ação pedagógica e, por professores leigos que mal sabiam ler e escrever (quadro este repetido durante muitos séculos no Brasil). Assim, como disse Sodré, citado por Romanelli (1999, p.36),

embora parcelado e fragmentário e rebaixado de nível, o ensino mais variado nos seus aspectos orientou-se para os mesmos objetivos, religiosos e literários, e se realizou com os mesmos métodos pedagógicos, com apelo à autoridade e à disciplina escrita, concretizando nas varas de marmelo e nas palmatórias de sucupira, tentando abafar a originalidade, a iniciativa e a força criadora individual, para pôr em seu lugar a submissão, o respeito á autoridade e a escravidão aos modelos antigos.

No início do século XIX, surge uma camada populacional intermediária na sociedade que se faz cada vez mais visível e participativa na vida social. Suas atividades produtoras ligavam-se ao artesanato, comércio, jornalismo e principalmente à política. O instrumento que a fez afirmar-se foi a educação escolarizada. Aos poucos a pequena camada percebeu o valor da educação como garantia de prestígio social e poder político, pois na época, o título de doutor eqüivalia ao de proprietário de terras. Contudo, as relações entre esta camada e a dominante ainda são de dependência.

Mas que tipo de escola predominou naquele período? Além de algumas escolas primárias e médias, a chegada de D. João VI proporcionou a criação dos primeiros cursos superiores na Colônia. Eles tinham o propósito de proporcionar educação para a elite aristocrática e nobre de que se compunha a Corte. Isso levou ao total abandono os demais níveis de ensino.

A independência política não modificou o quadro educacional. A situação dos níveis primário e médio agravou-se em 1834 quando um Ato Adicional descentralizou o ensino e conferiu às províncias o direito de legislar sobre a

instrução pública. Este fato levou ao retorno das antigas aulas régias em liceus sem muita organização. A falta de recursos impossibilitou as províncias de criarem uma rede organizada de escolas e o resultado foi que o ensino secundário passou para as mãos da iniciativa privada e o ensino primário ficou relegado a pouquíssimas escolas e às custas de mestre-escola, que sem nenhuma preparação para o exercício de outras profissões rendosas, se viram na contingência de ensinar. Este fato trouxe sérios problemas aos presidentes das províncias, pois além de prover a instrução elementar tinham a difícil missão de preparar docentes para atuarem nas escolas. Surge então a necessidade de formar professores.

Estudando a situação do Piauí, há registros de que a administração das fazendas não deixava tempo para os Jesuítas se dedicarem às atividades culturais e educacionais. Assim, de seu desbravamento até meados de 1730 não há a menor preocupação com a educação desse povo. Por volta de 1733 é conseguido um Alvará de Licença para funcionar uma escola que não veio a funcionar por fatores como: pobreza do meio, precariedade de instalação distância dos núcleos populacionais, dentre outros. Em 1749 é organizada, no Distrito da Mocha (hoje cidade de Oeiras), a segunda tentativa escolar com o Seminário do Rio Parnaíba. Este, pelas lutas desencadeadas com os indígenas, é obrigado a ser transferido para Aldeias Altas (hoje cidade de Caxias, MA), deixando novamente a Capitania sem nenhuma escola. A omissão dos Jesuítas em relação ao ensino piauiense leva o Rei a criar em 1757 duas escolas de instrução primária na Vila da Mocha, uma para meninos e outra para meninas, com currículos específicos para cada sexo. Estas escolas praticamente não alcançaram êxito pelos fatores já citados acima e pela falta de qualificação dos professores, pois os baixos salários, “paneiros de farinha”, não atraíam pessoas qualificadas para o exercício da profissão docente. Assim, como nas demais províncias urge a necessidade de preparar pessoas para exercer o magistério.

A criação das primeiras escolas normais ocorreu respectivamente em Niterói (1835), em Minas Gerais (1835) e na Bahia (1836). Há discordância entre os historiadores quanto à primeira escola, se foi a de Niterói ou se foi a de Minas Gerais. A partir de então, várias províncias manifestaram a intenção de criarem suas escolas normais. Em todas elas houve uma grande instabilidade de funcionamento sendo implantadas, fechadas e reabertas até se estabelecerem em definitivo.

Segundo Fusari e Cortese (1989), apud Cabral (1999, p. 39), em todo o período imperial do Brasil “havia uma indefinição na natureza das escolas formadoras de professores, pois nas formulações das leis que norteavam a educação, a educação de professores não era definida nem como nível secundário nem como profissionalizante, mas como (...) uma escola de formação geral, que possibilitava exercer a formação de professor”.

O ensino normal passou por inúmeras transformações, mesmo com a Lei Orgânica de 1946 ele continuou a ser tratado como uma formação de natureza específica, não se confundindo com o científico nem com o profissionalizante. O Decreto-Lei n.º 8.530 de 02/01/1946 distribuía a formação do professor em três níveis, ministrado em diferentes estabelecimentos e com diferente duração. A Lei 5.692/71 apresentava uma orientação específica para o campo educacional. Como a política nacional enfatizava os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a formação de professor teve sua estrutura organizada de modo a operacionalizar os objetivos econômicos. Atualmente o curso normal é regulamentado pela LDBEN (Lei de Diretrizes da Educação Nacional) 9394/96 em seu Art. 62 que estabelece que “A formação de docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”.

Vejamos agora em linhas gerais, como evoluiu o ensino de formação de docentes no Piauí:

Com o mesmo objetivo de formar professores para o ensino elementar é defendida ainda no período imperial a criação de uma Escola Normal. A autorização oficial é dada pela Lei Provincial n.º 565 de 05 de agosto de 1864, tendo sua instalação ocorrido a 03 de fevereiro de 1865 e seu regulamento aprovado em 06 de setembro do mesmo ano, de cujo teor transcrevo aqui alguns trechos:

*“Resolução n.º 565 Publicada em 5 de agosto de 1864 Autorizando ao Presidente da Provincia a crear nesta capital uma eschola normal constituída em externato.*

*Franklin Americo de Meneses Dória, Presidente da Provincia do Piauhy. Faço saber a todos os seus habitantes, a Assembleia Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Resolução seguinte:*

*Art. 1.º O Presidente da Provincia fica auctorizado a crear nesta capital uma eschola normal constituída em externato, na qual se preparem mestres e mestras para ensino em primeiras letras.*

*Art. 2.º O curso desta eschola durará dois annos e compreenderá.*

*§ 1.º A instrução moral e religiosa, a leitura, a escripta, os elementos da grammatica portuguesa; a arithmetica applicada a operações praticas; os elementos da historia e geographia, principalmente a do Brasil; o systema dos pesos e medidas nacionais comparado com o systema metrico decimal; a sciencia das escholas; e o desenho linear.*

*§ 2.º Alem disso as alumnas mestras aprenderão as prendas domesticas.*

*Art. 3.º O curso normal inclusive o ensino religioso, será feiro por um director e dois mestres adjunctos. As prendas domesticas serão ensinadas pela respectiva professora na eschola publica, ou por qualquer senhora idonea.*

*§ unico. Para o ensino religioso será preferido um sacerdote, d'entre os da classe o capellão dos Educadores com a gratificação annual de dusetos mil reis.*

*Art. 4.º O director, os mestres adjunctos e a pessoa encarregada de ensinar prendas domesticas serão nomeado pelo Presidente, e conservados por elle, em quanto bem servirem.*

*(...)*

*Art. 6.º As alumnas mestras serão lecionadas na eschola normal que se trata, até que as circunstancias permittam que se cree um outra destinada exclusivamente para o sexo feminino.*

*Art. 7.º O alumno que cursar a eschola normal é obrigado a uma pensão annual de oitenta mil reis, pagavel em rasoaveis prestações.*

*(...)*

*Art. 9.º Em geral os alumnos mestres que tiverem cursado a eschola normal, serão preferidos para o magisterio de primeiras lettras, salvo o direito de outros pretendentes, que tiverem habilitação professional proveniente de diploma ou certificado de admissão em alguma das escholas do Estado, de titulos de bacharel em lettras ou da qualificação de sacerdote. Os mesmos alumnos mestres serão igualmente preferidos para empregos provinciaes que servirão interinamente até que possam ser providos na cadeira do ensino primario. (...)."*

Esta Resolução estende-se até o Art. 12.º versando ainda sobre diversos aspectos de funcionalidade da Escola por ela criada.



O funcionamento desta Escola nos três primeiros anos foi precário em função do reduzido número de alunos: em 1865 a matrícula fora de 23 alunos; em 1866 apenas 4 matricularam-se no 1ºano e 3 alunos no 2ºano; em 1867 somente 6 alunos cursaram o 1ºano e 2 alunos o 2ºano. A reduzida procura pelo curso provavelmente estivesse atrelada à taxa que era cobrada no valor de 80\$000 (oitenta mil reis). O então governador da província resolveu isentar os alunos da taxa. Com a dispensa da taxa a gratificação dos professores ficaria a cargo da Província, o que era inviável a seus cofres. Tal situação obrigou o Presidente da Província extinguir a Escola Normal através da Lei n.º 599 de 09 de outubro de 1867 de cujo enunciado extraímos os seguintes artigos:

*“Art. 14.º Fica suprimida a escola normal creada pela resolução numero 565 de cinco de agosto de 1864.*

*Art. 15.º Os actuaes lentes da referida eschola passarão a leccionar as materias respectivas das cadeiras novamente creadas no lyceu.*

*Art. 16.º Tambem será aproveitado para o lyceu o actual porteiro da eschola normal, com o ordenado de quinhentos mil reis, que ora percebe ficando-lhe á cargo cuidar da limpeza e asseio das respectivas aulas e do estabelecimento em que funciona a directoria”.*

A Lei n.º 753 de 29/08/1871 possibilita a reabertura do Ensino Normal, porém anexo ao Liceu e com um currículo que abrangia três anos e não dois como outrora. As matérias que compunham o currículo eram: no “1ºano língua nacional e pedagogia; no 2º ano aritmética, geometria plana e sistema métrico decimal; e no 3º ano geografia, história pátria e sagrada. Os alunos concludentes nesta época teriam direito à nomeação para qualquer cadeira independente do curso, como ainda preferência para os cargos públicos que dele não dependessem”. (Bastos, 1994, p. 192). Entretanto, o curso é novamente extinto em 1874 pela Resolução Provincial n.º 858 de 11 de julho de 1874.

Uma terceira tentativa ocorre em 1882 através da Resolução n.º 1062 de 15 de julho de 1882 perdurando até 1888 quando a Resolução n.º 1197 de 10 de outubro de 1888 suprime o Ensino Normal do Piauí. Na modalidade de Escola Normal Autônoma o curso tinha duração de dois anos. Dentre os assuntos ministrados constatou-se um destaque à formalização de conteúdos de História e Geografia do Piauí, pois dada à função da Escola Normal de formadora de quadros para o magistério, “a legislação determina o ensinamento no Curso Normal , de dois

anos, de “*Geografia Elementar do Brasil e principalmente do Piauí*”, no 1º ano, e de “*História do Brasil e especialmente da Província do Piauí*”, no 2º ano”. (Celestino, 1996, p.71).

Como pode-se perceber no espaço de 24 anos houve três tentativas de criação de escola com o objetivo de oferecer a formação docente no estado do Piauí. Situação semelhante ocorria em outros Estados.

Paralelo aos esforços de criação de uma Escola Normal, o Piauí envolveu-se com problemas de ordem nacional como: a Guerra do Paraguai, para onde enviou cerca de três mil e duzentos homens num Corpo de Voluntários da Pátria comandados pelo tenente-coronel José Lustosa da Cunha; a Campanha Abolicionista que levou o presidente da Província a destinar verbas para promover a abolição da escravidão, chegando a fundar uma *sociedade emancipadora*; a adesão aos movimentos em prol da Proclamação da República, filiando o Sr. David Moreira Caldas junto ao Clube Republicano fundado no Rio de Janeiro, para onde este viajou com a finalidade de representar o Piauí. Ainda naquele período, verificou-se na Província, outros acontecimentos de grande envergadura: troca territorial com o vizinho Ceará onde adquiriu Amarração (hoje Luís Correia) para construir um porto marítimo de escoamento da produção e suporte do comércio; inauguração do telégrafo entre algumas cidades piauienses uma vez que o Piauí já se comunicava com outras províncias do país; instalação de uma biblioteca, a atual Cromwell de Carvalho.

Conta a história que a guerra do Paraguai levou ao esvaziamento dos cofres e extinção dos rebanhos do Piauí que foram utilizados na alimentação dos combatentes, e parafraseando Nunes (1975, p. 93), “com a abolição, transformou-se o piauiense em comerciante numa terra sem mercado e sem transporte, sem capital e sem produção, e seus rebanhos já em decadência. A pequena agricultura que anteriormente tínhamos, era feita pelo braço escravo, e destinava-se mais ao abastecimento local. Esta definha e sofremos as conseqüências até hoje”.

Economicamente, a guerra do Paraguai e a abolição da escravidão trouxeram resultados negativos para a província. Entretanto, estes acontecimentos somados à luta pela proclamação da República, ampliação da telegrafia, aquisição de amarração e criação da biblioteca pública, são conquistas sociais de âmbitos nacional e local.

Estes fatos contribuíram, sem dúvida, para o crescimento da Província. Mas não podemos deixar de mencionar que tais empreendimentos induziram os governantes de então a priorizarem as questões de natureza econômica, militar e outras, em detrimento à educação. Quiçá, esteja neste aspecto a explicação de tanta instabilidade no período de Surgimento de uma Escola Normal no Piauí.

A não prioridade à questão da melhoria da formação profissional do professorado piauiense, levou um grupo de pessoas esclarecidas e interessadas pela educação a fundar em Teresina (nova e atual Capital do Estado) a Sociedade Auxiliadora da Instrução. Era esta, composta pelos Drs. Matias Olímpio, Antonino Freire, Honório Parente, Francisco Parente, João Santos, Gonçalo Cavalcante, Abdias Neves, Miguel Rosa, Bernardo Júnior e pelo Cel. Emílio Bulamarqui. Eles criaram a Escola Livre com um curso de quatro anos de duração e onde os professores lecionavam gratuitamente. Um de seus ilustres professores fora empossado Governador do Estado em 1910 criando a Escola Normal Oficial. O curso ali ministrado foi reduzido para três anos pela urgente necessidade de formar professores. Em 1915 a escola passa a denominar-se “Escola Normal Antonino Freire em homenagem ao governador que a criou”. (Bastos, 1994, p. 192).

A partir deste movimento de recriação da Escola Normal em 1910, não aconteceram mais retrocessos; apenas adequações às Leis gerais de ensino e às políticas educacionais da Nação. Para esta pesquisadora este foi o marco que encerrou a fase de Surgimento da Escola Normal e que deu início a uma etapa consolidadora do ensino normal piauiense.

## BIBLIOGRAFIA

**BASTOS, Cláudio de Albuquerque.** Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí. **Teresina: Fundação Monsenhor Chaves – PMT, 1994.**

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96.**

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí.** Teresina, PI: EDUFPI, 1996.

CABRAL, Carmem Lúcia de Oliveira. **As políticas de formação do professor ao nível de segundo grau e suas implicações no Instituto de Educação “Antonino Freire”.** 1999. 164p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, 1999.

CELESTINO, Erasmo. **Odilon Nunes: historiador e educador.** Teresina: Instituto Dom Barreto, 1996.

Código das Leis Piauienses 1864. Resolução n.º 565.

\_\_\_\_\_ 1867. Resolução n.º 599.

\_\_\_\_\_ 1871. Resolução n.º 753.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano.** Teresina, PI: EDUFPI, 1996.

NUNES, Odilon. **O Piauí na história.** 4ed. Teresina: COMEPI, 1975.

PEREIRA, Rita de Cássia Lima. **Relação entre a formação e a atuação do professor de 1ª a 4ª série do 1º grau: uma interpretação.** 1995. 185p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, 1995.

PIRES, Francisca Cardoso da Silva. **Escola Normal no Piauí: implantação e desenvolvimento (1864 a 1910).** 1985. 127p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1985.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia.** Bauru, SP: EDUSC, 2201. (Coleção História).